

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS  
CENTRO DE ECONOMIA E ADMINISTRAÇÃO  
FACULDADE DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**GUILHERME AMÉRICO GABRIEL CERELLO**

**A PERPETUAÇÃO DA DESIGUALDADE ENTRE OS PAÍSES:  
UM ESTUDO DOS EFEITOS DA ATUAÇÃO DA  
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A  
ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA NO SISTEMA  
INTERNACIONAL, ENTRE 2000 E 2019.**

**CAMPINAS**

**2022**

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423 Sistema de Bibliotecas

363.192 Cerello, Guilherme Américo Gabriel

C414p

A perpetuação da desigualdade entre os países: um estudo dos efeitos da atuação da Organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura no sistema internacional, entre 2000 e 2019 / Guilherme Américo Gabriel Cerello. - Campinas: 50 f.: il.

Orientador: Barbara Dantas Mendes da Silva.

TCC (Bacharelado em Relações Internacionais) - Faculdade de Relações Internacionais, Centro de Linguagem e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2022.

Inclui bibliografia.

1. FAO. 2. Segurança Alimentar. 3. Fome. I. Silva, Barbara Dantas Mendes da. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Linguagem e Comunicação. Faculdade de Relações Internacionais. III. Título.

CDD - 22. ed. 363.192

GUILHERME AMÉRICO GABRIEL CERELLO

**A PERPETUAÇÃO DA DESIGUALDADE ENTRE OS PAÍSES:  
UM ESTUDO DOS EFEITOS DA ATUAÇÃO DA  
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A  
ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA NO SISTEMA  
INTERNACIONAL, ENTRE 2000 E 2019.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas) como parte das exigências para a obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

**Orientadora:** Prof. Bárbara Silva

**CAMPINAS**

**2022**

## AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Daniel Cerello e Cristiane Cerello, pela motivação para seguir com os meus estudos e por apoiarem as minhas escolhas, por me inspirarem e, sobretudo, pela compreensão de minhas ausências e pelo carinho em todos os momentos, me confortando sempre que precisei;

À Professora Bárbara Silva, primeiramente, pela figura que representa na universidade enquanto mulher e professora, pela orientação neste trabalho, por me acolher e por depositar em mim enorme confiança, essencial para que eu continuasse desenvolvendo meus estudos;

Aos demais Professores desta instituição, pelas grandes lições e discussões em aula e nos corredores, os quais contribuíram direta e indiretamente na conclusão dessa etapa;

Aos meus colegas de graduação da PUC Campinas, principalmente ao Luiz Gustavo Lotte e a Stefany Neves Barbosa, pela ajuda quando me foi essencial, pelas companhias de estudo, de eventos e pelos debates acadêmicos conduzidos durante esses anos de estudo e companheirismo;

Finalmente, à esta Universidade por acreditar em meu potencial enquanto aluno; e, a todos aqueles que direta ou indiretamente participaram desta trajetória

*...o meu sincero muito obrigado!*

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a atuação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no combate à fome entre 2000 e 2019. Considera-se a teoria de que o discurso da campanha de combate à fome é ineficaz e atua com outro propósito: perpetuar a desigualdade entre países. O prejuízo oriundo do fato de que os detentores de poder da agência serem países distante do problema, também é um tema abordado, assim como, a credibilidade da FAO frente as demais agências da ONU. A conclusão do trabalho gira em torno da comprovação dessas hipóteses, apontando suas respectivas causas e consequências através do método de Estudo de caso – *Process Tracing*, devido ao caráter teórico do tema.

**Palavras-chave:** FAO; Segurança Alimentar; Combate à fome; Desigualdade; Ineficácia.

## ABSTRACT

This work aims to analyze the performance of the Food and Agriculture Organization of the United Nations (FAO) in combating hunger between 2000 and 2019. The theory that the discourse of the campaign to combat hunger is ineffective is considered and acts with another purpose: to perpetuate inequality between countries. The damage arising from the fact that the holders of power of the agency are countries far from the problem, is also a topic addressed, as well as the credibility of FAO before the other UN agencies. The conclusion of the work revolves around the proof of these hypotheses, pointing out their respective causes and consequences through the Case Study method – *Process Tracing*, due to the theoretical character of the theme.

**Keywords:** FAO; Food Security; Fight hunger; Inequality; Ineffectiveness.

## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1</b> – Países Membros Originais:.....	17
<b>Tabela 2</b> – Nações membros da FAO e suas datas de ingresso.....	24
<b>Tabela 3</b> – Organizações participantes.....	29
<b>Tabela 4</b> - Nações Associadas.....	29
<b>Tabela 5</b> - Lista dos Diretores Gerais da FAO.....	29

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ACNUDH</b>	Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações
<b>AFC</b>	Administração Florestal Chinesa
<b>BIRD</b>	Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
<b>CCP</b>	Committee on Commodity Problems
<b>ECOSOC</b>	Economic and Social Council
<b>FAO</b>	Food and Agriculture Organization of the United Nations
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>GPS</b>	Global Positioning System
<b>IEFC</b>	Conselho Internacional de Alimentos de Emergência
<b>OIT</b>	Organização Internacional do Trabalho
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>WFC</b>	World Food Council



## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>09</b>
1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA.....	09
1.2 MATERIAIS E MÉTODOS UTILIZADOS.....	12
<b>2. CAPÍTULO 1: A CONSTITUIÇÃO DA FAO.....</b>	<b>13</b>
2.1 A ORIGEM DA FAO.....	15
2.2 ATUAL ESTRUTURA DA FAO.....	23
2.3 OS PRINCIPAIS MEMBROS.....	24
<b>3. CAPÍTULO 2: ATUAÇÃO DA FAO ENTRE 2000 – 2019.....</b>	<b>33</b>
3.1 A FAO EM DADOS.....	34
3.2 O DISCURSO DA CAMPANHA DE COMBATE À FOME.....	37
<b>4. CAPÍTULO 3: AS CONSEQUÊNCIAS DA ATUAÇÃO DA FAO.....</b>	<b>39</b>
4.1 A PERPETUAÇÃO DA DESIGUALDADE ENTRE PAÍSES E O AGRAVAMENTO DA FOME.....	39
4.2 A FAO NO SISTEMA INTERNACIONAL.....	41
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>44</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>47</b>

## INTRODUÇÃO

### 1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA:

Antigamente a questão do combate a fome era um tema observado apenas na sua dimensão local/regional. Foi somente no pós-guerra da Segunda Guerra Mundial, com a criação da ONU, que este tema alcançou uma escala global e foi visto como um problema da humanidade, devido às consequências dos conflitos mundiais e o desejo de coordenação da ordem global a partir de instituições multilaterais.

As campanhas de combate à fome, nas Nações Unidas, tiveram início em 1945, com a criação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO). Agência especializada que atua como um fórum de debate e impulsionamento de políticas relacionadas à erradicação da fome e da insegurança alimentar.

A agência é administrada pela Conferência das Nações Membros, que elege um Diretor-Geral para chefiar e, um Conselho de 49 Nações Membros que atuam como um corpo governante interino, cumprindo mandatos rotativos de três anos. Em uma sessão especial do Conselho em junho de 1994, foi aprovada uma proposta de reestruturação que dividiria a FAO em oito departamentos: Administração e Finanças, Assuntos Gerais e Informação, Política Econômica e Social, Cooperação Técnica, Agricultura, Pesca, Silvicultura e Desenvolvimento Sustentável. (FAO, 1996)

A Conferência realiza reuniões a cada dois anos a fim de revisar os trabalhos realizados pela Organização e aprovar um novo Programa de Trabalho e Orçamento para o próximo biênio.

“Nesse sentido, a Agência busca apoiar os países em desenvolvimento com a formulação e a execução de políticas e projetos de assistência técnica em apoio a programas nas áreas alimentar e agrícola, incluindo todas as atividades primárias (agricultura, pecuária, extrativismo, pesca, outros).” (FAO, 2020)

Dentre os métodos que a FAO se utiliza, podemos citar como exemplo, a ajuda a pequenos agricultores para que produzam mais com menos, o fornecimento de alimentos em crises humanitárias e o combate à desnutrição. (ONU NEWS, 2018)

Porém, observando em retrospectiva a trajetória da instituição nestes 75 anos, cabe reconhecer que a fome ainda continua entre nós, em muitos lugares em situações ainda mais graves. As agendas propostas pela FAO não conseguiram desenvolver os países mais periféricos, maiores vítimas deste mal. Diante deste fato, a efetividade da agência é questionada.

O relatório “O Estado da Segurança Alimentar e Nutricional no Mundo”, publicado em 2020, estima que aproximadamente 690 milhões de pessoas passaram fome durante o ano de 2019. Em comparação a 2018, houve um aumento de 10 milhões e, de quase 60 milhões em relação aos últimos cinco anos. (FAO, 2020)

De acordo com este relatório, os altos custos dos alimentos e o baixo poder aquisitivo da população, significam que bilhões de pessoas não conseguem comer de maneira saudável ou nutritiva. Desta forma, a Ásia possui o maior número de pessoas passando fome, mas esse número aumenta mais rapidamente na África.

A falta de alimento é um problema que afeta principalmente países periféricos que sofreram com a colonização e que atualmente seguem sendo explorados pela lógica da governança global liberal.

Segundo a instituição, 16 milhões de pessoas sofrem com a insegurança alimentar na África Oriental, enquanto no Leste e no Centro do continente, cerca de 20 milhões de pessoas são afetadas e, na África Subsaariana, mais de 30% da população passa fome.

Essas contradições da agência são debatidas no artigo “Fome mundial: uma análise de suas causas e da atuação da FAO.” de Claudia Vieira Costa e Heron Sergio Moreira Begnis:

“A fome de fato possui várias origens, e lidar com tantas variáveis é uma tarefa um tanto quanto pesada, que exige a criação de focos de atuação convergentes, tarefa que a FAO persegue em sua agenda. Mesmo assim, ao mesmo tempo em que incentiva e chama a atenção da comunidade internacional para temas que envolvem desenvolvimento de capacidades, também alerta que a fome é uma questão tão alarmante que não seria pertinente despendere recursos em atividades que não geram grandes excedentes alimentares, como a agricultura familiar, o que representaria um conflito no que a FAO entende por prioridade. Um conflito, acima de tudo, de interesses, que faz com que a Organização adote divergentes discursos em diferentes contextos.” (COSTA; BEGNIS, 2014, pag. 57)

Para Cunha (2016), a agência não possui força real para realizar seus objetivos. Outro problema seria a desigualdade de poder dentro da FAO, uma vez que os países desenvolvidos possuem maior controle sobre as suas ações.

Em sua tese, “A Agenda da FAO para a África: um estudo de caso em Moçambique.”, a autora Clara Maia Cunha (2018), conclui que o atual posicionamento da FAO, permite que, tanto o problema da segurança alimentar, quanto a desigualdade dentro da agência, continuem.

De acordo com a autora, a FAO ostenta no cenário internacional um aspecto cada vez mais cosmético e irrelevante na formulação de políticas estruturais, haja vista que a agência não contesta e ainda corrobora com ações que prejudicam a busca pela autossuficiência alimentar, agravando a dependência e o processo de recolonização em pleno século XXI.

A ineficácia da agência não é um fato recente. Juliana Geran Pilon já havia criticado a atuação da FAO em seu artigo em 1988, em que alega que os interesses dos países em desenvolvimento não são devidamente atendidos, tendo em vista que a agência que deveria atendê-los possui como principal solução para seus problemas agrícolas doações estrangeiras que desestimulam o desenvolvimento dos recursos agrícolas dessas nações.

De acordo com a autora, a FAO deve ser extinta e os países desenvolvidos devem fortalecer sua ajuda aos pobres do mundo por meio de programas bilaterais ou meios alternativos de assistência ao desenvolvimento.

Ao observar que os problemas da FAO não são recentes e que a atitude da agência não aparenta evolução, vale criticar as raízes da agência, que ao invés de cumprir seu propósito e buscar a erradicação da fome e a segurança alimentar, acabou se tornando apenas um meio de perpetuação das desigualdades no sistema internacional.

Essa hipótese gira em torno de como as campanhas estão sendo feitas e por quem elas são feitas, bem como a forma que a agência é usada como um meio de manter o poder nas relações internacionais através do sistema internacional.

O discurso dessas campanhas seria um modo de perpetuar a desigualdade entre os países, uma vez que não há uma preocupação real de erradicar a fome e sim uma manutenção do problema, tendo em vista que as propostas envolvem resoluções rasas que não focam em uma independência futura das nações pobres. Criando, desta forma, a imagem de “vítima” aos países subdesenvolvidos, enquanto elege os desenvolvidos a uma posição superior de “salvador” por serem os criadores dessas campanhas.

O fato de as campanhas serem elaboradas por países desenvolvidos que não vivenciam o problema tão gravemente, acaba fazendo com que as estratégias de combate sejam ineficazes e até mesmo tendenciosas, lavando em consideração que esses países não possuem interesse em perder o poder que possuem sobre as nações pobres.

O objetivo desse trabalho é analisar a atuação da FAO no sistema internacional, tendo como ênfase as campanhas de combate à fome realizadas pela agência entre os anos 2000 e 2019, em busca de falhas que estejam causando a ineficácia da agência, assim como, a perpetuação da desigualdade entre os países no sistema internacional. Procura-se responder se a FAO é desigual em sua estrutura e se ela realmente se tornou apenas um símbolo sem resultados em seus objetivos.

No primeiro capítulo exploramos a constituição da FAO, sua origem, atual estrutura e seus principais membros. No segundo capítulo analisamos a atuação da agência entre os anos de 2000 e 2019, investigando os dados do desempenho da FAO, bem como os dados referentes

a fome no mundo e o discurso da campanha de combate à fome adotado pela agência. No terceiro e último capítulo examinamos as consequências das ações da FAO, tais como a perpetuação da desigualdade entre os países, o agravamento da fome e o papel da agência no Sistema Internacional.

## 1.2 MATERIAIS E MÉTODOS UTILIZADOS

Alguns autores já estudaram pontos sobre esse tema. Entre esses autores temos David Campbell, que ao dissertar sobre o pós-estruturalismo, no livro “Teorias das Relações Internacionais – disciplina e diversidade.” de 2013, utiliza-se de um estudo de caso sobre as imagens nas crises humanitárias, analisando o discurso passado por essas imagens e suas consequências. O autor conclui que por essas imagens de campanha serem criadas por países líderes mundiais, o discurso visa criar imagens de salvador e vítima, rebaixando países subdesenvolvidos e não trazendo soluções efetivas.

Pilon, em seu artigo “Tornando-se parte do problema”, publicado em 1988, contribui com o tema ao apontar os problemas da FAO e demonstrar em sua conclusão de que este órgão acabou agravando o problema ao invés de fornecer uma solução.

Para Roberto Rodrigues, em seu artigo “A FAO e a fome” de 2000, as estratégias da FAO possuem excelentes intenções, mas só serão viáveis através de ações em que entidades de trabalhadores e de agricultores se somem às governamentais e às da própria FAO em busca do mesmo objetivo.

Jarosz, em seu artigo “A economia política da governança global e a crise alimentar mundial: o caso da FAO” de 2009, crítica a FAO ao analisar as duas últimas grandes crises mundiais de alimentos. Alegando que a Organização é ineficaz e não atinge seu propósito de combate à fome.

As autoras Cunha e Almeida (2019), também questionam a abordagem da FAO em relação a fome na África, em seu artigo “A agenda da FAO na África: a melhor estratégia para o desenvolvimento?”. Onde defendem uma adequação na agenda da Organização e criticam o fato do discurso desta ser influenciado por um contexto político-econômico controlado pelas instituições de Bretton Woods.

A tese de Cunha (2016) em “Desafios do combate a fome: um estudo crítico da atuação da FAO”, conclui que as ações da Organização consistem em uma ajuda imediatista às populações que sofrem com a insegurança alimentar, alegando que o objetivo da FAO não é

romper com a ordem mundial vigente, mas sim amenizar as contradições do sistema mundial de desigualdades.

A autora amplia o debate em sua dissertação de mestrado publicado em 2018, cujo título é “A Agenda da FAO para a África: um estudo de caso em Moçambique.”, demonstrando que:

“... a atuação da FAO em Moçambique demonstra que a luta contra a fome tem grande influência de frentes hegemônicas que identificam os paradoxos presentes na atual ordem, como a abundância em alimentos nos países desenvolvidos e a fome em tantas outras partes do globo, mas não propõem medidas que, de fato, transformem a realidade; ao contrário, são ações estratégicas paliativas e aquiescentes com as instituições de Bretton Woods que procuram manter a ordem como tal.” (CUNHA, 2018, pag. 11)

Diante o exposto, a metodologia usada será o Estudo de caso – Process Tracing. Este método foi escolhido devido ao caráter teórico do tema.

Este método pode ser definido como um exame sistemático de passos intermediários de um processo para realizar inferências sobre hipóteses de como esse processo gerou determinado resultado. O rastreamento pode contribuir para descrever fenômenos políticos e sociais e para avaliar reivindicações causais.

Por ser um método orientado pela teoria e utilizado para fornecer uma explicação de um caminho causal, o utilizamos para a elaboração deste trabalho, uma vez que iremos realizar a análise da atuação da FAO e suas campanhas para comprovar/refutar a hipótese de que o discurso da campanha de combate à fome é ineficaz e atua com outro propósito: perpetuar da desigualdade entre países.

## **2. CAPÍTULO 1: A CONSTITUIÇÃO DA FAO**

“Metade da humanidade não come; e a outra metade não dorme, com medo da que não come” (CASTRO, 1984, p. 20)

No primeiro capítulo da pesquisa, a origem da agência será analisada, assim como o contexto de sua fundação. A atual situação também será descrita a seguir, visando mostrar o seu modo de operação, as características da sua liderança interna e seu posicionamento atual frente ao mundo hiper conectado que vivemos, buscando, assim, fazer uma análise estrutural da Organização e ressaltando a importância da compreensão do seu funcionamento, bem como de suas características, para a comprovação da hipótese.

Primeiramente, uma reflexão sobre as raízes da FAO deve ser colocada em pauta, principalmente levando em consideração que sua origem está diretamente relacionada com o

desenvolvimento do multilateralismo, que pode ser definido, segundo Keohane (1990), como uma prática de coordenação de políticas nacionais, por meio de acordos ou de instituições, em grupos de três ou mais Estados.

O multilateralismo materializou-se em forma de instituições internacionais após o fim da Segunda Grande Guerra, que trouxe diversos temas para a pauta internacional e evidenciou a necessidade de uma colaboração entre os Estados nacionais para que estes conseguissem estabelecer um mundo melhor e mais pacífico.

As instituições passaram a se tornar uma ferramenta de muita importância para a consolidação das necessidades do mundo pós Segunda Guerra. Isso porque, elas desempenham as funções de redução da incerteza e dos custos de realização de transações para seus membros.

Além disso, de acordo com Keohane (1990), as instituições estabelecem regras claras que fornecem padrões para o julgamento de comportamentos, o que promove a estabilização das expectativas, reduzindo as incertezas. Desta forma, cria-se um tendência a uma demanda para a manutenção de instituições multilaterais.

Por esses motivos, observa-se que, a partir de então, o número de instituições internacionais começou a crescer consideravelmente, assim como as estratégias de negociação baseadas no uso do multilateralismo.

Keohane (1990) evidencia que o multilateralismo se tornou cada vez mais importante desde o final da Segunda Guerra Mundial. O autor esclarece que esse evento pode ser notado através da proliferação das conferências multinacionais que tratam sobre uma variedade de temas e, do aumento do número de organizações intergovernamentais multilaterais, que foi de menos de 100 em 1945 para cerca de 200 em 1960 e mais de 600 em 1980.

A Organização mais importante e de maior destaque no cenário internacional é a Organização das Nações Unidas (ONU). Criada em 26 de junho de 1945 através da aprovação de cinquenta países da Carta de São Francisco, a Organização, atualmente, é composta por 193 Estados, possui caráter intergovernamental e busca estabelecer relações amistosas entre as nações.

A ONU é composta por três órgãos principais: a Assembleia Geral, na qual todos os Estados membros possuem direito a um voto, podendo esta discutir quaisquer questões ou assuntos que estiverem dentro da finalidade da Carta; o Conselho de Segurança, responsável pela manutenção da paz, esse órgão é composto por quinze Estados, sendo que cinco desses são permanentes (China, Estados Unidos, França, Inglaterra e Rússia) e possuem poder de veto. E, por último, existe o Secretariado, que resolve questões administrativas e é representado por um

Secretário-Geral que pode chamar a atenção do Conselho de Segurança para qualquer assunto que em sua opinião possa ameaçar a manutenção da paz e da segurança internacional.

As sanções são um importante instrumento político utilizado pela ONU, e têm como finalidade recuperar o respeito e o cumprimento da lei internacional. Sua imposição está prevista na Carta das Nações Unidas, e podem incluir a interrupção completa ou parcial das relações econômicas e dos transportes ferroviários, marítimos, aéreos, postais, rádio, telégrafo e outros meios de comunicação, e até mesmo o rompimento das relações diplomáticas.

Entre os temas que estão sob a responsabilidade da Organização encontram-se a paz e segurança, mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, direitos humanos, desarmamento, terrorismo, ajuda humanitária e emergências de saúde, igualdade de gênero, governança e por último, mas não menos importante, a produção de alimentos mundial.

De acordo com Maluf e Menezes (2000), o alimento adquiriu uma nova expressão no sistema internacional pós a Primeira Guerra Mundial. Os governos passam a ver o alimento com um elemento estratégico de política de segurança nacional, uma vez que o país que não produz seu próprio alimento estaria em desvantagem em relação àquele que o faz.

Foi levando em consideração o tema da questão alimentícia, e os dilemas relacionados a ela perante as desigualdades do cenário internacional que a FAO foi criada pelas Nações Unidas em 1945 resultante da movimentação do presidente dos Estados Unidos Franklin D. Roosevelt, que convocou uma conferência das Nações Unidas em 1943 para tratar especificamente da alimentação e agricultura mundiais.

Com o intuito de acompanhar a evolução da produção de alimentos nos países como parte de uma questão estratégica de política de segurança nacional, a FAO, portanto, se estabelece como um órgão elaborado para a conjuntura do pós-guerra, momento em que a questão agrícola e alimentar seria peça fundamental na reconstrução do mundo devastado pelo conflito.

“Na realidade, a fome coletiva é um fenômeno social bem mais generalizado. É um fenômeno geograficamente universal, não havendo nenhum continente que escape à sua ação nefasta. Toda a terra dos homens tem sido também até hoje terra da fome.” (CASTRO, 1984, pag. 48)

## 2.1 A ORIGEM DA FAO

A fundação da FAO ocorreu, principalmente, em decorrência de três principais eventos. O primeiro deles, foi a Conferência das Nações Unidas sobre Alimentação e Agricultura, que aconteceu na cidade de Hot Springs, Virginia. Em seguida, temos a criação da Comissão



Provisória das Nações Unidas sobre Alimentação e Agricultura, que realizou os preparativos necessários para o desenvolvimento oficial da FAO. E, por último, temos a Primeira Sessão da Conferência da FAO, que ocorreu em Quebec em 1945, concluindo o processo de formação da Organização. (VASCONCELLOS, 2018)

A Conferência de Hot Springs, que ocorreu em maio de 1943, foi uma iniciativa do presidente estadunidense Franklin D. Roosevelt, nela surgem as raízes da FAO e do debate sobre a agricultura mundial. Uma Comissão Interina foi encarregada de formular o plano que visava atingir a constituição de uma Organização permanente no campo de alimentação e da agricultura, a fim de elaborar uma estruturação de planos relacionados à agricultura e à alimentação no cenário de reconstrução estabelecido ao final da segunda guerra mundial. (VASCONCELLOS, 2018)

Nesta conferência também foi estabelecida uma Comissão Provisória sobre Alimentos e Agricultura que deveria se estabelecer em Washington, com prazo final em 15 de julho de 1943, para que as recomendações extraídas dela fossem executadas. (PHILLIPS, 1981)

Cada governo presente <sup>1</sup> em Hot Springs, possuía o direito de designar um representante para esta comissão. As medidas preliminares ao seu estabelecimento foram designadas para os Estados Unidos, portanto, a delegação se instalou em Washington, durante dois anos e alguns meses, sendo encerrada somente com a formalização da FAO e, tendo como seu presidente Lester B. Pearson, do Canadá. (PHILLIPS, 1981)

É interessante notar que desde sua comissão provisória, a FAO, já trazia potências, como Estados Unidos e Canadá, em posições administrativas chaves. Tanto a localização da comissão interina, quanto sua liderança, estavam concentradas em países ricos, distantes de certas pautas que a Organização traria como temas principais.

Cabe ressaltar que a questão da fome nesse momento era vista como uma questão de segurança nacional e de vantagem em relação aos demais países. Desta forma, fica claro as razões de países desenvolvidos na participação da criação dessa Organização como uma forma de reafirmar e manter a sua posição de superioridade e aumentar seu poder de influência frente as demais nações.

---

<sup>1</sup> Quarenta e quatro governos estavam presentes na Conferência de Hot Springs: Austrália, Bélgica, Bolívia, Brasil, Canadá, Chile, China, Colômbia, Costa Rica, Cuba, Checoslováquia, República Dominicana, Equador, Egito, El Salvador, Etiópia, França, Grã Bretanha, Grécia, Guatemala, Haiti, Honduras, Islândia, Índia, Irã, Iraque, Libéria, Luxemburgo, México, Holanda, Nova Zelândia, Nicarágua, Noruega, Panamá, Paraguai, Peru, Filipinas, Polônia, União da África do Sul, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, Estados Unidos da América, Uruguai, Venezuela e Iugoslávia.

De acordo Phillips (1981), seguindo o caminho da formalização da FAO, a Comissão Interina teve como primeira tarefa a criação de uma Constituição para a futura Organização, que seria enviada para as nações que eram elegíveis para membros originais, visando obter a aprovação do documento. Conforme estabelecido no Anexo I da constituição, 45 nações foram elegíveis para membros originais, incluindo as 44 que foram representadas em Hot Springs, e a Dinamarca, que anteriormente só havia sido representada informalmente<sup>2</sup>:

**Tabela 1 - Países Membros Originais:**

Austrália	Egito
Bélgica	El Salvador
Bolívia	Etiópia
Brasil	França
Canadá	Grã-bretanha
Chile	Grécia
China	Guatemala
Colômbia	Haiti
Costa Rica	Honduras
Cuba	Islândia
Checoslováquia	Índia
República Dominicana	Irã
Equador	Iraque
Libéria	Filipinas
Luxemburgo	Polônia
México	União da África do Sul
Holanda	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
Nova Zelândia	Estados Unidos da América
Nicarágua	Uruguai
Noruega	Venezuela
Panamá	Iugoslávia
Paraguai	Dinamarca
Peru	

**FONTE:** Phillips, 1981.

Após a escolha dos membros originais, também era necessário deliberar acerca das percepções sobre as atividades que a nova Organização iria empreender. Essa discussão foi realizada através de uma série de comitês e subcomitês compostos por representantes dos governos membros da Comissão. Logo, foram elaborados cinco relatórios técnicos sobre

<sup>2</sup> Um oficial da Dinamarca esteve presente na Conferência de Hot Springs, porém estava na qualidade pessoal já que não apresentara Carta de Plenos Poderes. (PHILLIPS, 1981)

Nutrição e Gestão de Alimentos, Produção Agrícola, Pesca, Silvicultura e Produtos Florestais Primários e Estatísticas. (PHILLIPS, 1981)

Após dois anos e alguns meses de preparação, a Primeira Sessão da Conferência da FAO aconteceu em Quebec, Canadá, no Chateau Frontenac, entre os dias 16 de outubro e 1º de novembro de 1945. Nesse encontro inicial, a meta era formalizar a existência da FAO, através dos termos da Constituição escrita pela Comissão Interina. Como resultado, Andre Mayer, foi nomeado Presidente do Comitê Executivo; e John Boyd Orr, se estabeleceu como Diretor-Geral da FAO. (PHILLIPS, 1981)

Entre as 45 nações que eram elegíveis para membros originais, 34 tornaram-se membros assinando a Constituição, colocando-a em vigor, e criando a FAO em 16 de outubro de 1945. Três outros deste grupo formalmente se tornaram membros mais tarde durante a sessão. Dos oito restantes, sete se tornaram membros formalmente em datas entre 30 de novembro de 1945 e 1 de dezembro de 1953. Um deles, a URSS, nunca exerceu a opção. (PHILLIPS, 1981)

Logo após a aprovação da Constituição da FAO, ocorreu a fundação da ONU, em São Francisco. Neste dia um acordo foi negociado entre a FAO e o Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), onde as duas organizações visavam cooperar e estabelecer uma atuação recíproca nos problemas de sua competência. (PHILLIPS, 1981)

De modo geral, a FAO teve sua fundação em Quebec, no Canadá, no dia 16 de outubro de 1945. Originalmente era composta por quarenta e duas nações e possuía um orçamento bienal de \$8,3 milhões de dólares. (PILON, 1988).

É interessante observar como o período influenciou tanto na criação e operação da FAO, quanto em outras Organizações Internacionais coetâneas.

A FAO e outras agências internacionais, tais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), eram movimentos estratégicos da construção de uma ordem internacional conduzida pelo acordo de Bretton Woods. Este acordo, realizado em julho de 1944 por 45 países, tinha como objetivo definir os parâmetros que iriam reger a economia mundial pós Segunda Guerra. E teve como consequência o surgimento de um sistema financeiro que seria amplamente favorável aos Estados Unidos. (CUNHA, 2018)

O período de constituição traz explicações sobre o papel que as potências, principalmente os Estados Unidos, obtiveram na FAO. Os cargos de liderança e destaque são resultado do período histórico de Bretton Woods e a Organização vigente do Sistema Internacional.

Os Estados Unidos, em sua posição de hegemonia do novo sistema internacional, moldaram o comércio de alimentos através de acordos explícitos e implícitos, mediante o peso que suas políticas agrícolas detinham no cenário internacional. (CUNHA, 2018)

Essa influência das potências não se limitava apenas aos cargos de destaque e liderança, ela também se expandia e entrava nas discussões sobre escopo e atuação da FAO. Os debates do papel que organizações deveriam aplicar no Sistema Internacional eram intensos. O primeiro Diretor-geral da FAO, Sir John Boyd Orr, tinha o posicionamento de que a FAO tinha a função de conciliar os interesses políticos e econômicos das nações com a política de produção e acesso a alimentos. (CUNHA, 2018)

O forte apoio do Presidente Roosevelt na criação da FAO, fez com que a Organização acabasse se moldando para atender principalmente aos interesses dos Estados produtores ricos em excedentes. Com as funções definidas pelos membros fundadores, a FAO não tinha de fato poder para intervir nos problemas estruturais do mercado agrícola internacional. (CUNHA, 2018)

Isso posto, a ideia de ter uma agência supranacional que regulasse as políticas agrícolas internas dos países não era algo conveniente, principalmente no entendimento dos Estados Unidos, que se estabeleciam como o grande exportador de trigo. No lugar da proposta inicial do então diretor, conhecida como World Food Board (WFB), foi aprovado um conselho, de caráter não vinculativo, que permanece até os dias atuais. Esse mesmo conselho definiu, posteriormente, a posição que a FAO ocuparia no sistema internacional, isto é, foi definido que não seria papel da FAO regular os acordos de commodities; o papel da Organização seria apenas o de fomentar a produção de alimentos, estando frouxamente ligada à Organização que regularia os acordos que influenciavam (e influenciam) vigorosamente na produção de alimentos. A Organização que seria responsável pela regulação do comércio agrícola, a Organização Internacional do Comércio (OIC) também não vingou. Em sua substituição, surgiu o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), que, assim como OIC, não priorizava acordos que pudessem controlar os excedentes de produção e focavam em formas de expandir o consumo através de programas de transferência dos excedentes para os países que necessitavam (CUNHA, 2018, pag. 49)

O papel da FAO, definido no prefácio de sua Constituição, aponta que as nações aceitavam o documento e se posicionavam determinadas a promover o bem-estar comum por meio de ações individuais e coletivas, com os objetivos de:

- (1) Elevar os níveis de nutrição e padrões de vida das pessoas sob suas respectivas jurisdições;
- (2) Garantir melhorias na eficiência da produção e distribuição de todos os alimentos e produtos agrícolas;
- (3) Melhorar a condição de vida das populações rurais, assim, contribuindo para uma economia mundial em expansão.

Tais objetivos levaram um tempo considerável para serem materializados e convergirem com os debates sobre a atuação da Organização. No 20º aniversário da FAO, em 1965, com a introdução do princípio de libertar a humanidade da fome, introduzida no protocolo relativo aos direitos reconhecidos pela Carta Internacional dos Direitos Humanos, a FAO decidiu iniciar a luta contra a fome colocando este princípio explicitamente no preâmbulo de sua Constituição.

Novamente, o ambiente internacional influenciou na atuação das organizações internacionais. Ao promulgar a Declaração Universal de Direitos Humanos em 1948, em uma resposta imediata às atrocidades cometidas durante as duas guerras mundiais, a ONU visava garantir para todo ser humano, em qualquer país e em qualquer circunstância, condições mínimas de sobrevivência e de crescimento em um ambiente de respeito, paz, igualdade e liberdade. Tendo um impacto não somente nos países até então membros, mas também mundial.

Em sua constituição, a FAO dita que deve haver uma conferência bienal, em que serão reunidos todos os representantes dos países membros, dando o direito de cada país escolher apenas um delegado para representá-lo. Cada delegado possuirá voto com peso equivalente a um, podendo ser suspenso no caso de atraso no pagamento das contribuições financeiras, que não forem consequências de força maior (avaliados pelos membros). A presença de agentes externos, como, por exemplo, outras organizações internacionais, com funções relacionadas, serão aceitas, porém, sem direito a voto.

Em maio de 1946, uma reunião especial sobre problemas alimentares urgentes foi convocada, estabelecendo o Conselho Internacional de Alimentos de Emergência (IEFC) para a continuação do trabalho de distribuição de rações, que teve início durante a guerra, por iniciativa do Conselho de Alimentos Combinados. (PHILLIPS, 1981)

Cabe lembrar o momento histórico do pós-guerra, em que as nações participantes se encontravam desestruturadas e enfrentavam uma situação de reestruturação social e econômica. O IEFC teve um papel fundamental e trabalhou para aliviar os piores efeitos do mundo do pós-guerra. Porém, ainda na conferência de maio de 1946, ficou óbvio que os produtores agrícolas não haviam se esquecido das duras provas que sofreram no pré-guerra. A crise econômica enfrentada, fazia que a capacidade de produzir o necessário para alimentar a população mundial possuísse um limitador no ponto em que os produtores se sentissem seguros de que a ação não levaria à uma queda geral dos preços, temendo voltarem ao patamar de estarem arruinados por uma situação de abundância. (PHILLIPS, 1981)

Dadas as circunstâncias acima, a conferência convidou o Diretor-Geral a trazer uma proposta para resolução desse problema, até a 2ª sessão da Conferência da FAO em Copenhague em setembro de 1946. (PHILLIPS, 1981)

Em paralelo, foram publicados os resultados da Primeira Pesquisa Mundial de Alimentos (1934-38). Com esses dados foi possível a elaboração de propostas para um Quadro Mundial de Alimentos, que teve uma recepção fria na Conferência de Copenhague, e a formulação de metas para 1960. Entre esses objetivos estava a duplicação da produção mundial de alimentos, comparado ao período anterior a guerra, visto que havia a expectativa de um aumento de 25% na população mundial. (PHILLIPS, 1981)

John Boyd Orr, que no mesmo ano em que recebeu o Prêmio Nobel da Paz renunciou seu cargo de Diretor-Geral, foi sucedido por Norris E. Dodd (1948 – 1953), que era líder dos Estados Unidos na delegação em Copenhague e Genebra. O novo Diretor chegou à conclusão que a cada vez que o IEFC deixava de intervir nos mercados de produtos agrícolas, fenômenos perturbadores tornavam-se evidentes e a necessidade de aumentos de produção abrandavam. Com isso, ocorreu a criação do *Committee on Commodity Problems* (CCP), em 1949. (PHILLIPS, 1981)

Outra preocupação rondava a Organização naquela época, mesmo com o aumento da produção de alimentos superando o crescimento da população, era possível prever que a meta para 1960 não seria atingida, pois os números de insegurança alimentar não diminuam. Uma importante característica para se observar nos aumentos da produção é que, em geral, eles ocorreram muito mais nos países ricos do que nos países pobres. Isso influiu a preocupação de uma nova crise de excedentes, com condições semelhantes à de 1930, colocando a preocupação com a fome em regiões pobres em segundo plano. Interromper a superprodução nos países ricos foi a opção selecionada como resposta, ao invés de aumentar a produção para atender as necessidades dos países pobres. (PHILLIPS, 1981)

Esse aumento na produção de alimentos é decorrente dos avanços tecnológicos no setor. A década de 1950 e 1960, registrou um aumento, aproximado, de 50% na produção agrícola internacional, decorrente da chamada “Revolução Verde”<sup>3</sup> que acontecia na Ásia.

Em 1958, foi proposta a criação da campanha *Freedom from Hunger*, aprovada em 1959, pela Conferência da FAO, assim como, pela Assembleia Geral da ONU. Desde então a campanha já era considerada fundamental para o processo de consolidação da Organização como um agente voltado para o desenvolvimento internacional. (PHILLIPS, 1981)

---

<sup>3</sup> A Revolução Verde foi um processo de modernização da agricultura em escala global, realizado por meio da incorporação de inovações tecnológicas na produção. Esse fenômeno teve início na segunda metade do século XX, entre as décadas de 1960 e 1970 e teve como base as sementes geneticamente modificadas, os maquinários agrícolas e os insumos químicos, como fertilizantes e agrotóxicos.

Lançada em 1<sup>o</sup> de julho de 1960, a *Freedom from Hunger* buscava garantir a vitória no combate contra a fome. Era esperado que a campanha durasse cinco anos, com seu ápice em 1963, no Congresso Mundial de Alimentos. Porém, logo foi decidido que a campanha iria ser prolongada por toda a década (1960 – 1970), devido ao fato de ela não ter conseguido mobilizar seu público-alvo o suficiente para apresentar resultados significativos em 1963. (PHILLIPS, 1981)

Nesse contexto, a Assembleia Geral da ONU convidou a FAO a desenvolver um mecanismo que viabilizasse o uso de excedentes em benefício de pessoas em situação de deficiência alimentar. Essa ação acabou evoluindo na criação do *World Food Programme*. Baseado em uma proposta americana, o programa era fruto parceria da FAO com a ONU, que buscavam realizar um período teste de três anos (1963 – 1965), com um orçamento de USD\$100 milhões. (PHILLIPS, 1981)

Foram chamados alguns representantes eminentes, para elevar a moral da campanha. Das 29 pessoas presentes, 11 foram vencedores do Prêmio Nobel a título pessoal ou como diretores de suas instituições. Essa iniciativa teve resultado e permitiu que o 1<sup>o</sup> Congresso Mundial da Alimentação não fosse julgado pela escassez de resultados nos primeiros três anos da campanha. (PHILLIPS, 1981)

Contemporaneamente a isso, esse período trouxe a criação de um instrumento fundamental para a Organização: o Código Alimentar (*Codex Alimentarius*). Esse código visa atuar como um mecanismo para desenvolver padrões de qualidade para os alimentos e sua produção, com o intuito de promover a saúde e a qualidade de vida de seus consumidores.

O *Codex Alimentarius* possui parâmetros para os principais tipos de alimentos e inclui medidas relacionadas à higiene alimentar, aos aditivos alimentares, aos resíduos de pesticidas e medicamentos ou drogas veterinárias, aos contaminantes, à rotulagem e sua apresentação, aos métodos de amostragem e análises e à certificação acerca da importação e da exportação dos produtos. (IFOPE, 2019)

A aplicação das regras do *Codex Alimentarius* pode ocorrer de forma voluntária pelos países membros, porém, a maior parte deles utiliza essas normas como referência para a sua legislação nacional. (IFOPE, 2019)

O processo de evolução da FAO, possui alta influência do momento histórico que vive o Sistema Internacional, portanto, já era de se esperar que um momento tão marcante quanto a Guerra Fria traria impactos no funcionamento da Organização Internacional responsável pela agricultura e alimentos. Nesse período, os temas de segurança internacional, acabaram ganhando destaque sobre outras questões do Sistema Internacional, portanto, as grandes

estratégias dentro do plano internacional se dedicavam então às perspectivas tradicionais de segurança internacional.

Nesse período, a corrida armamentista entre Estados Unidos e União Soviética era um assunto de Alta Política<sup>4</sup> e, a temática da fome era tratada com Baixa Política<sup>5</sup>, portanto, era um assunto pouco tratado pela imprensa e pela diplomacia internacional. (ALVES, 2016)

Os governos estavam mais preocupados em expandir suas influências e em manter a dependência econômica de suas antigas metrópoles e, acabaram por provocar, em países que foram colonizados, o agravamento da fome e uma maior desvantagem nas condições de troca do comércio internacional. (ALVES, 2016)

Ao observar a linha do tempo, pode-se observar a evolução que esta Organização teve ao longo dos anos. Em seu início a FAO possuía um caráter mais técnico, porém aos poucos sua influência e seu espaço dentro dos debates da política internacional foram conquistados, trazendo a fome e a segurança alimentar para o *mainstream* dos temas internacionais.

Mesmo passando por períodos de menor destaque, como o período da Guerra Fria, a partir dos anos 70, a temática ganhou força e foi colocada ao patamar dos tópicos mais importantes da arena internacional.

Durante seus anos de existência, a FAO passou por momentos de dificuldade e de questionamento. Um exemplo disso foi a criação do WFC (World Food Council) durante a Conferência de Roma em 1974, que gerou críticas e ceticismo para a FAO, uma vez que o WFC era um conselho que tinha como objetivo revisar a situação da segurança alimentar do mundo, fazendo recomendações para resolver os problemas existentes. A capacidade, técnica e política, de liderar uma discussão de tanta importância foi contestada. Somente nos anos 1990, com o fim do WFC, a credibilidade da FAO começou a ser restaurada e o Sistema Internacional cogitou acreditar na capacidade da Organização em conduzir com excelência o tema da segurança alimentar para fóruns internacionais importantes. (ALVES, 2016)

## 2.2 ATUAL ESTRUTURA DA FAO:

O Diretor-Geral é a principal figura dentro da FAO. A troca do cargo ocorre de acordo com o que for definido nas conferências, e cada membro realiza a indicação de um candidato,

---

<sup>4</sup> Alta Política se refere a temas que são considerados de maior importância pelos atores internacionais dentro da agenda internacional. Geralmente são temas relacionados às questões de segurança e interesses estratégicos.

<sup>5</sup> Baixa Política se refere a temas que são considerados de menor importância pelos atores internacionais. Geralmente tratam de temas como meio-ambiente, direitos humanos e desigualdades sociais, sendo considerada uma parte da agenda mais democrática e com maior capacidade de formação de regimes internacionais.



informando de sua escolha aos demais membros. O critério de escolha é de maioria dos votos durante a votação. Quando eleito, o Diretor-Geral terá a autoridade para comandar as ações da Organização, sempre supervisionado pelo conselho e pelas conferências. (PHILLIPS, 1981)

Entre as suas funções, podemos citar: cuidar da administração interna da Organização, publicar anualmente e comunicar aos países-membros documentos detalhados acerca do estado da alimentação e da agricultura no plano internacional, apresentar um relatório durante a conferência de países-membros acerca das atividades que a Organização vem executando, entre outras funções. (PHILLIPS, 1981)

Além da figura do Diretor-Geral, também há o conselho da Organização, constituído de 49 países-membros, eleitos pela conferência. Diversas atividades são atribuídas a esse conselho, que atua como um órgão executivo. Este deve se encontrar cinco vezes a cada dois anos. E, dentre suas funções, é possível identificar sua atuação nas temáticas relacionadas à alimentação e à agricultura em nível mundial, cabendo a ele destacar os temas que irão necessitar de uma maior atenção durante as deliberações. (PHILLIPS, 1981).

### 2.3 OS PRINCIPAIS MEMBROS.

Em 2022, a Organização tem 194 nações membros, uma Organização membro e dois membros associados. A filiação à FAO está aberta a qualquer Estado ou Organização regional de integração econômica que atenda aos critérios estabelecidos na Constituição da FAO. Territórios ou grupos de territórios que não são responsáveis pela condução de suas relações internacionais podem ser admitidos como Membros Associados. As condições de admissão como Membro ou Membro Associado da FAO são detalhadas no Artigo II da Constituição da FAO.

**Tabela 2 - Nações membros da FAO e suas datas de ingresso:**

<b>Data de Ingresso</b>	<b>Países</b>
16/10/1945	Australia
	Belgium
	Bolivia, Plurinational State of
	Brazil
	Canada
	Denmark
	Dominican Republic
	Ecuador
	Egypt

	France
	Greece
	Guatemala
	Haiti
	Honduras
	Iceland
	India
	Iraq
	Liberia
	Luxembourg
	Netherlands
	New Zealand
	Norway
	Panama
	Philippines
	United Kingdom
	United States of America
	Venezuela, Bolivarian Republic of
17/10/1945	Colombia
26/10/1945	Nicaragua
27/10/1945	Lebanon
	Syrian Arab Republic
30/10/1945	Paraguay
16/11/1945	China
	Mexico
19/11/1945	Cuba
30/11/1945	Uruguay
17/05/1946	Chile
03/09/1946	Ireland
11/09/1946	Portugal
12/09/1946	Italy
11/11/1946	Switzerland
19/08/1947	El Salvador
27/08/1947	Austria
	Finland
	Thailand
07/09/1947	Pakistan
11/09/1947	Myanmar
01/01/1948	Ethiopia
06/04/1948	Turkey
07/04/1948	Costa Rica
21/05/1948	Sri Lanka
23/11/1948	Saudi Arabia

	Israel
25/11/1949	Republic of Korea
28/11/1949	Indonesia
01/12/1949	Afghanistan
13/02/1950	Sweden
11/11/1950	Cambodia
	Viet Nam
27/11/1950	Germany
23/01/1951	Jordan
05/04/1951	Spain
21/11/1951	Argentina
	Japan
	Lao, People's Democratic Republic
	Nepal
17/06/1952	Peru
24/11/1953	Libya
01/12/1953	Iran, Islamic Republic of
25/11/1955	Tunisia
13/09/1956	Morocco
	Sudan
09/11/1957	Ghana
	Malaysia
	Poland
05/11/1959	Guinea
22/03/1960	Cameroon
23/05/1960	Togo
14/09/1960	Cyprus
11/10/1960	Nigeria
17/11/1960	Somalia
09/11/1961	Benin
	Burkina Faso
	Central African Republic
	Chad
	Congo
	Côte d'Ivoire
	Democratic Republic of the Congo
	Gabon
	Kuwait
	Madagascar
	Mali
	Mauritania
	Niger
Romania	

	Senegal
	Sierra Leone
08/02/1962	United Republic of Tanzania
13/03/1963	Jamaica
19/11/1963	Algeria
	Burundi
	Rwanda
	Trinidad and Tobago
	Uganda
27/01/1964	Kenya
05/10/1964	Malta
22/11/1965	Gambia
	Malawi
	Zambia
22/08/1966	Guyana
01/11/1966	Botswana
07/11/1966	Lesotho
06/11/1967	Barbados
	Bulgaria
	Hungary
12/03/1968	Mauritius
08/11/1971	Bahrain
	Eswatini
	Fiji
	Maldives
	Oman
	Qatar
12/11/1973	Albania
	Bangladesh
	Mongolia
	United Arab Emirates
26/11/1973	Guinea-Bissau
08/11/1975	Bahamas
	Cape Verde
	Grenada
	Papua New Guinea
26/11/1975	Suriname
14/11/1977	Angola
	Comoros
	Democratic People's Republic of Korea
	Djibouti
	Mozambique
	Namibia

	Sao Tome and Principe
	Seychelles
12/11/1979	Dominica
	Samoa
26/11/1979	Saint Lucia
07/11/1981	Bhutan
	Equatorial Guinea
	Saint Vincent and the Grenadines
	Tonga
	Zimbabwe
07/11/1983	Antigua and Barbuda
	Belize
	Saint Kitts and Nevis
	Vanuatu
11/11/1985	Cook Islands
	Solomon Islands
22/05/1990	Yemen
11/11/1991	Estonia
	Latvia
	Lithuania
08/11/1993	Armenia
	Bosnia and Herzegovina
	Croatia
	Czech Republic
	Eritrea
	Kyrgyzstan
	North Macedonia
	Slovakia
	Slovenia
	South Africa
20/10/1995	Azerbaijan
	Georgia
	Moldova, Republic of
	Tajikistan
	Turkmenistan
07/11/1997	Kazakhstan
12/11/1999	Marshall Islands
	Niue
	Palau
	San Marino
15/11/1999	Kiribati
02/11/2001	Monaco
	Nauru

	Serbia
	Uzbekistan
29/11/2003	Micronesia, Federated States of
	Timor-Leste
	Tuvalu
	Ukraine
19/11/2005	Belarus
11/04/2006	Russian Federation
17/11/2007	Andorra
	Montenegro
15/06/2013	Brunei Darussalam
	Singapore
	South Sudan

**FONTE:** FAO, 2022.

**Tabela 3 - Organizações participantes:**

<b>Data de Ingresso</b>	<b>Organização</b>
26/11/1991	European Union

**FONTE:** FAO, 2022.

**Tabela 4 - Nações Associadas:**

<b>Data de Ingresso</b>	<b>Países</b>
17/11/2007	Faroe Islands
25/06/2011	Tokelau

**FONTE:** FAO, 2022.

**Tabela 5 - Lista dos Diretores Gerais da FAO:**

<b>Diretores Gerais</b>	<b>Nação</b>	<b>Período do mandato</b>
John Boyd Orr	Scotland	1945 - 1948
Norris E. Dodd	United States of America	1948 - 1953
Philip V. Cardon	United States of America	1954 - 1956
Binay Ranjan Sem	India	1956 - 1967
Addeke Hendrik Boerma	Netherlands	1967 - 1975
Edouard Saouma	Lebanon	1975 - 1993
Jacques Diouf	Senegal	1994 - 2011
José Graziano da Silva	Brazil	2012 - 2019
Qu Dongyu	China	2019 -

**FONTE:** FAO, 2022.

É necessário citar as ações mais relevantes adotadas por seus diretores durante seus mandatos, uma vez que cada diretor enxergava diferentes prioridades que a agência deveria adotar o que acabou por alterar o posicionamento da FAO diversas vezes durante a história de vida da Organização.

O estadunidense John Boyd Orr (1945 – 1948) foi o proeminente organizador e primeiro Diretor-Geral da FAO, recebendo, posteriormente, um prêmio Nobel em 1949 por sua luta contra a fome. O seu papel como Diretor-Geral foi assumido em 1948 por Norris E. Dodd (1948 – 1953), que em sua gestão chamou a atenção dos Estados para a adoção de ações multilaterais em torno de questões relacionadas a pobreza no campo e a baixa produção de alimentos. (SANTOS, 2020)

Philip V. Cardon (1954 – 1956), continuou com os trabalhos de Dood após assumir a função de Diretor. Contudo, ao contrário do seu antecessor, Cardon era visto como pouco inovador, pois apenas continuou com os projetos já em andamento e não buscou ampliar as ações da Organização. Sua gestão focou em treinamentos sobre temas diversos como a exploração de fazendas, práticas de irrigação e drenagem, controle de insetos em oliveiras e cultivo de trigo e cevada. (SQUEFF, 2018)

Binay Ranjan Sem (1956 – 1967), foi o primeiro gestor da FAO proveniente de um país do sul global. Após assumir o lugar de Cardon, o Diretor focou na expansão das atividades da FAO pelo mundo e, em sua gestão, houve a criação de campanhas como a “*freedom-from-hunger*”. (SQUEFF, 2018)

Addeke Hendrik Boerma (1967 – 1975) sucedeu Sem em 1967. O Diretor acreditava que o combate à fome estava atrelado à qualidade dos bens alimentares, e propôs um plano chamado ‘Cinco Chaves para o Desenvolvimento’, por meio do qual seria possível identificar as prioridades para ações a serem desenvolvidas pela FAO objetivando o desenvolvimento dos países em desenvolvimento. Essas chaves seriam: “(a) a promoção de variedades de cereais de alto rendimento; (b) o término da lacuna proteica; (c) a redução dos desperdícios; (d) a utilização dos recursos humanos; (e) os ganhos e as economias a partir de trocas entre os Estados. (SQUEFF, 2018)

Edouard Saouma (1975 – 1993) instigou em sua gestão a atuação efetiva de todos os órgãos da Organização para que ela deixasse de ser apenas uma agência passiva, devendo atuar em contato direto com os Estados. Tendo isso em mente, Saouma, em alusão às ‘Cinco Chaves para o Desenvolvimento’, explicadas anteriormente, propôs em 1979 os ‘Cinco Pontos de Ação para a Segurança Alimentar Mundial’. Esse documento foi adotado por 73 países em menos de dois anos do seu lançamento, e delineava os tópicos considerados centrais para a edificação de um sistema de segurança mundial efetivo, que seriam: (1) a adoção de políticas de estoques domésticos, (2) o estabelecimento de critérios específicos para a liberação de reservas de alimentos, (3) a construção de mecanismos para ajudar os países deficitários a vencer as suas

necessidades, (4) a estipulação de novos acordos de cooperação e assistência a PEDs, e (5) a promoção da independência regional. (SQUEFF, 2018)

Saouma também fomentava a inserção na FAO do pensamento de promover o acesso aos necessitados a suprimentos alimentícios disponíveis, visando o crescente número de produtores rurais que se encontravam em situação de insegurança alimentar. Com base nisso, Saouma realizou em 1979 a ‘Conferência Mundial sobre reforma Agrária e Desenvolvimento Rural’ na sede da FAO, cujos trabalhos levaram à estruturação de 17 princípios sobre reforma agrária, que deveriam nortear as políticas nacionais e internacionais. (SQUEFF, 2018)

Esses princípios apontam para uma série de objetivos conjecturados para inspirar as atividades estatais/internacionais: (1) estabelecer a melhoria do padrão de vida de todas as pessoas, em particular os pobres das zonas rurais, como propósito fundamental; (2) assegurar o direito de cada Estado de exercer soberania plena e permanente sobre seus recursos naturais e atividades econômicas, pois fundamentais para o desenvolvimento rural; (3) observar as necessidades e prioridades nacionais para o uso de investimentos estrangeiros em países em desenvolvimento; (4) buscar a redistribuição do poder econômico e político nos Estados a fim de alcançar um progresso nacional equitativo; (5) adotar políticas e programas que contribuam, a longo prazo, para o progresso social e econômico; (6) mobilizar e usar recursos domésticos produtivos para o desenvolvimento rural; (7) introduzir e incentivar o desenvolvimento rural e o investimento no campo; (8) buscar uma distribuição equitativa e o uso eficiente da terra, fomentando aumento da produção para aliviar a pobreza; (9) reconhecer a essencialidade de atividades econômicas rurais para o desenvolvimento dessas comunidades; (10) fomentar a lotação de indústrias em áreas rurais para aumentar os vínculos entre a atividade agrícola e industrial; (11) incluir a participação dos ruralistas e de suas organizações no desenvolvimento de políticas e programas que os afetem; (12) implementar um sistema de comunicação eficiente em prol da compreensão e conscientização dos problemas e oportunidades do desenvolvimento rural entre as pessoas em todos os níveis; (13) manter uma vigilância constante para garantir a diminuição da desigualdade e da concentração de recursos, evitando o desvirtuamento dos benefícios da reforma agrária e do desenvolvimento rural; (14) garantir a inclusão das mulheres nos processos sociais, econômicos e políticos do desenvolvimento rural; (15) fortalecer a cooperação internacional para aumentar urgentemente o repasse de recursos financeiros e técnicos para o desenvolvimento rural; (16) empreender esforços novos e mais intensos para garantir a segurança alimentar mundial e superar desigualdades e instabilidade no comércio das commodities agrícolas essenciais para os PEDs; e (17) primar, com o apoio de organizações internacionais de desenvolvimento, pelo fortalecimento da cooperação técnica regional para



desenvolvimento rural, buscando a promoção da autoconfiança coletiva entre os PEDs. (FAO, 1979)

Outro acontecimento marcante no mandato de Saouma foi o lançamento em 1983 do ‘Compacto de Segurança Alimentar’, em que reconhecia que a pobreza impedia a realização do direito humano ao alimento. O documento buscava um entendimento moral mundial de que os alimentos não deveriam ser usados como forma de exercer pressão política. Por fim, o ato que marcou o fim do mandato de Saouma foi a realização da ‘Conferência Internacional sobre Nutrição’ em 1992 que debateu acerca das relações entre alimentos (fome) e saúde (nutrição). (SQUEFF, 2018)

Após, três mandatos de Saouma, Jacques Diouf (1994 – 2011) assumiu a função de Diretor-Geral em 1994. Ele tinha como principal desafio reestruturar a Organização frente ao seu novo orçamento, uma vez que durante a gestão de Saouma os recursos da Organização sofreram uma redução de 31%, enquanto os recursos voluntários/extraordinários caíram 50%. (SQUEFF, 2018)

Diouf, em sua gestão, buscou a colaboração do setor privado e de celebridades no lançamento de campanhas de coleta de fundos para o ‘Dia Mundial da Alimentação’. O Diretor também era a favor de uma “segunda revolução verde”, aliada à preservação dos recursos naturais e do meio ambiente, que permitiria o abastecimento da população mundial crescente. (SQUEFF, 2018)

Em 2012, após três mandatos de Diouf, o brasileiro José Graziano da Silva (2012 – 2019) assume a função de Diretor-Geral da FAO. Sua gestão prezou por agir conjuntamente com às demais organizações internacionais afeitas à temática alimentar, assim como instigou uma maior participação do setor privado. (SQUEFF, 2018)

Graziano também procurou atender a demanda de assinalar o papel da mulher no combate da insegurança alimentar. E, em 2017, ressaltou a importância do solo para a produção de alimentos e para a própria biodiversidade, buscando orientar os setores público e privado a adotarem a incorporação de uma gestão sustentável. (SQUEFF, 2018)

Por fim, em 2019 quem se encarrega da função de Diretor-Geral é o chinês Qu Dongyu. Que prometeu em seu discurso de posse tornar a FAO mais dinâmica, transparente e inclusiva, assim como intensificar a colaboração entre a Organização com a academia, os centros de pesquisa e o setor privado. (EXAME, 2019)

A FAO possui diversos projetos ativos atualmente em colaboração com os seus membros. Dentre estas iniciativas podemos citar a #FomeZero que consiste em quatro ações idealizadas pela agência que devem ser adotadas por toda a população e não somente pelos

governos. Outra ação realizada pela FAO é o fornecimento de treinamento, fontes de sementes, ferramentas agrícolas e fertilizantes para pequenos agricultores. Além disso, há a criação de escolas de campo para agricultores, em que estudantes aprendem gestão de negócios agrícolas, comercialização de produtos, conscientização do mercado e adaptação às mudanças climáticas. (ONU NEWS, 2018)

### **3. CAPÍTULO 2: ATUAÇÃO DA FAO ENTRE 2000 – 2019**

Neste capítulo nosso objetivo é executar uma análise sobre a atuação da FAO entre 2000 e 2019. Dessa forma, serão utilizados dados e casos reais para que o modo de operação da FAO seja evidenciado e, com a análise de dados será possível ter uma visão mais clara sobre a efetividade da agência.

Para isto, faz-se necessário primeiramente compreender quais são os fatores tidos como os causadores da fome, uma vez que as ações da Organização também são voltadas para a resolução da origem do problema da insegurança alimentar.

De acordo com a teoria malthusiana, uma explicação para a fome no mundo seria a de que o crescimento populacional ocorre em progressão geométrica, enquanto o ritmo de crescimento da produção de alimentos se daria em progressão aritmética, o que teria como consequência a fome justamente por não haver uma produção de alimentos que seja suficiente para sustentar o crescimento populacional. Todavia, atualmente existe a possibilidade do emprego de tecnologia nos meios de produção agrícola e o controle de natalidade por meio de contraceptivos. (COSTA; BEGNIS, 2014)

A Primeira Revolução Verde<sup>6</sup>, por exemplo, surgiu com o objetivo de alimentar os famintos emergidos da Segunda Guerra Mundial através de evoluções tecnológicas que mecanizaram e modernizaram o processo produtivo agrícola. A Segunda Revolução Verde<sup>7</sup>, por sua vez, surge propondo uma maior produtividade agrícola e sustentabilidade ambiental por meio do uso de tecnologias. (COSTA; BEGNIS, 2014)

Desta forma, com o avanço científico e tecnológico nos meios de produção agrícola, o problema já não é mais a quantidade de produção insuficiente, mas sim a má distribuição, a sonegação alimentar, o desperdício e a dominação das grandes empresas que possuem

---

<sup>6</sup> A Primeira Revolução Verde teve seu início em 1970 com a inserção de tecnologias para provocar o melhoramento genético de sementes, insumos industriais, mecanização e redução dos custos de manejo, a fim de enfrentar o desavio da fome mundial.

<sup>7</sup> A Segunda Revolução Verde surge em 2008 decorrente da necessidade de adaptar sementes para ambientes específicos e melhorar a qualidade do produto que é produzido.

monopólio nas áreas de sementes, agroquímicos e fertilizantes, tornando impossível para os pequenos agricultores a competição no mercado.

Isto posto, é possível concluir que a questão da fome no mundo envolve um emaranhado de relações de poder que a mantem e que impedem que a insegurança alimentar se reduza de forma contínua.

### 3.1 A FAO EM DADOS

É por meio dos relatórios expostos pela FAO que são levantadas as ações mais importantes da Organização. A publicação de relatórios pela FAO se deu início em 1947, através da publicação do *State of Food and Agriculture (SOFA)*, que é o relatório de maior importância produzido pela Organização, tendo como objetivo expor o cenário mundial em relação as tendências da agricultura e da alimentação, encontrando possíveis problemas e propondo soluções.

Para a agência, o combate à fome exige a segurança no curto prazo, para fornecer alívio imediato, e investimentos a longo prazo, a fim de melhorar a produção agrícola e melhorar o potencial de renda dos produtores.

Um dos programas de maior relevância da agência é o *Farmer Field Schools*, que teve seu início em 2001, e tem como objetivo aprimorar as habilidades de produção de agricultores da África Ocidental e ampliar seu conhecimento de alternativas aos agrotóxicos. O programa nada mais é que uma rede constituída por facilitadores treinados que estabelecem relações amistosas com agricultores locais, governos provinciais, governo nacional, as organizações de agricultores, as ONGs e com o setor privado. (COSTA; BEGNIS, 2014)

Na China, a FAO atua em parceria com a Administração Florestal Chinesa (AFC), e estabeleceu o Projeto de Posse da Floresta, que tem como objetivo ensinar conceitos de gestão florestal para agricultores em seis províncias-piloto, que incluem oito municípios, 16 aldeias e 300 mil agricultores. (COSTA; BEGNIS, 2014)

Na Etiópia, a FAO se uniu ao Ministério da Estatística e o Ministério da Agricultura em um projeto que tinha como objetivo introduzir novas tecnologias, como GPS, assistência pessoal digital e um programa de imagens de satélite para melhorar a área de colheita, as estimativas de produção e o monitoramento dos preços de mercado. (COSTA; BEGNIS, 2014)

No Níger, o projeto da agência introduziu uma nova metodologia para contar o gado em movimento. Graças a esse projeto, o censo agrícola revelou riquezas insuspeitas no país,

mostrando que o Níger tinha 30% a mais de gado, e o maior estoque na África Ocidental. Tendo esses dados como base, o país elevou seu PIB em 2%. (COSTA; BEGNIS, 2014)

No Paquistão, por sua vez, houve uma implementação de um sistema de monitoramento agrícola via satélite para medir o rendimento das culturas, fornecendo dados mensais de produção, sendo também utilizado para prever a produção em períodos de secas e inundações.

Além disso, a FAO também conta com um sistema de estatísticas de largo espectro. Através de um banco de dados, os tomadores de decisão política e os investidores podem selecionar os dados através de áreas temáticas, a fim de estudar as relações e processos. As informações fornecem estatísticas de temas como culturas, pecuária, irrigação, uso da terra, fertilizantes e pesticidas, entre outros. (COSTA; BEGNIS, 2014)

Entretanto, apesar de alegar que a sua causa é a de acabar com a fome no mundo acreditando no poder da pequena propriedade para isto, o Diretor-Geral da FAO, José Graziano da Silva, com Suma Chakrabarti, então presidente do Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento, em 6 de setembro de 2012 assinou um documento cujo texto salienta a importância do setor privado para a segurança alimentar global, sua missão para alimentar o mundo e a sua necessidade de obter maiores investimentos. (COSTA; BEGNIS, 2014)

Este posicionamento é extremamente preocupante, uma vez que se contradiz com os projetos realizados até então pela Organização. Essa ação coloca a credibilidade da FAO em risco, devido a inconsistência e ambiguidade em seu discurso. Diante disto, os dois discursos divergentes adotados pela Organização quando se trata da sustentabilidade podem expor a fragilidade de seus propósitos, uma vez que o tema fome não permite que haja imparcialidade ou comportamentos contraditórios.

Visando apresentar seus dados e estatísticas de forma mais eficaz, a FAO lança, em 1999, um novo relatório com o nome de *State of Food Insecurity* (SOFI), tendo sua última publicação em 2015 e sendo substituído, em 2017, pelo relatório *State of Food Security and Nutrition*. É com base nesses relatórios que iremos realizar a análise da atuação da FAO ao combate à fome. (VASCONCELLOS, 2018)

O relatório SOFI é técnico e seu conteúdo é formado principalmente por dados quantitativos. O relatório é formado em sua primeira parte com números relacionados à insegurança alimentar no mundo e na segunda parte com demais tópicos selecionados.

Tendo como ponto central o relatório “*The State of Food Security and Nutrition in the World 2019*” como uma forma de analisar a efetividade das ações realizadas, iremos expor os dados relacionados a insegurança alimentar dessas nações durante o período de 2000-2019.

De acordo com este relatório, o número de pessoas desnutridas no mundo tem aumentado gradativamente desde 2015, retornando aos níveis de 2010-2011. Este número corresponde ao total de pessoas no mundo com insegurança alimentar, incluindo em níveis moderados. O relatório, além de mostrar o número global, também traz os números individuais dos 53 países com maior número de pessoas desnutridas. Dentre esses países, podemos destacar as regiões que apresentaram um maior aumento nesse período, tais como a África Oriental, o Caribe e a Ásia Ocidental.

As estatísticas apresentadas também mostram um aumento gradual no número de pessoas subnutridas no mundo. Novamente, as regiões da África Oriental, o Caribe e a Ásia Ocidental se destacam devido as suas altas taxas de subnutrição. Vale ressaltar que na Ásia esse número tem aumentado desde 2010, em contrapartida com as outras regiões que apresentaram um aumento desde o ano de 2015.

Segundo o relatório, das 7.632,8 bilhões de pessoas no mundo, 821,6 milhões se encontram em estado de desnutrição. Deste número, somente na Ásia existem 513,9 milhões de pessoas desnutridas, enquanto na África são 256,1 milhões, seguida pela América Latina e Caribe com 42,5 milhões. (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2019)

O número de prevalência de insegurança alimentar também apresentou um aumento nestes países. Conforme as estimativas apresentadas no relatório “*The State of Food Security and Nutrition in the World 2019*”, 9,2% da população global (um pouco mais de 700 milhões de pessoas) foi exposta a níveis graves de insegurança alimentar apenas em 2018, isso implica que houve tamanha redução na quantidade de alimentos consumidos ao ponto de que essas pessoas possam ter experimentado a vivência de passar fome.

Em comparação aos anos anteriores, o número de pessoas em estado de insegurança alimentar teve seu pico em 2018. Esse número vem aumentando gradativamente desde 2014, que apresentava 585 milhões de pessoas nesta situação. Desta forma, de 2014 para 2018 houve um aumento de 119,3 milhões de pessoas. (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2019)

Na Ásia o número de pessoas que experimentaram a insegurança alimentar grave chegou a 1.038,5 somente em 2018, um aumento considerável em relação a 2017, que apresentava um número de 928 milhões, e de 2014 que era 875,6 milhões. (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2019)

Na África, houve o ápice em 2017 com 682 milhões de pessoas e uma redução em 2018, com 676,1 milhões. Contudo, em comparação com 2014 (554,1 milhões de pessoas) houve um aumento de 122 milhões de pessoas em estado grave de insegurança alimentar. (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2019)

É ainda necessário destacar os números da América do Sul que em 2014 possuía 78,7 milhões de pessoas em estado de insegurança alimentar e em 2018 aumentou para 131,2 milhões de pessoas, um aumento de cerca de 52,5 milhões de pessoas. (FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO, 2019)

### 3.2 O DISCURSO DA CAMPANHA DE COMBATE À FOME.

Ainda que continue um espaço de contradições, conflitos e disputas de interesses, a Organização atualmente dedica-se à produção de conhecimentos sobre temáticas que envolvem a Segurança Alimentar e Nutricional e a Agricultura Familiar (ou Pequenos Produtores) como aspectos centrais.

Em seu relatório mais recente, a FAO instituiu como sugestões para o combate à fome uma maior atuação nos governos das nações para realizar políticas que envolvem a adaptação mundial de medidas alfandegárias, o controle de preços do mercado e dos subsídios fiscais.

Em um panorama histórico, observamos que a atuação da Organização sempre esteve atrelada aos interesses dos países que participaram do surgimento da nova arquitetura internacional, principalmente o interesse dos Estados Unidos, país que deu o pontapé inicial para que a agência fosse criada.

Um claro exemplo disso, foi a gestão do Diretor-Geral estadunidense Philip V. Cardon (1954 – 1956). Cardon, se recusou a fornecer certos estudos solicitados pela OIT e pelo ‘Comitê de Peritos sobre Tendências da População e Condições Econômicas e Sociais da ONU’. Além de mostrar menos adepto ao aumento do orçamento limitado da FAO para prosseguir com os seus objetivos globais. Ademais, o Diretor não mostrou interesse em expandir as ações da Organização, ou ao menos em torná-las mais eficazes. (SQUEFF, 2018)

Desta forma, tanto o discurso quanto as atuações da FAO têm refletido políticas que foram definidas pelos países desenvolvidos, restando pouca autonomia para incorporação de estratégias que considerem as demandas regionais e locais dos países em desenvolvimento, o que tem por consequência a ineficácia dessas ações. (VASCONCELLOS, 2018)

Da mesma forma que existem contradições nas ações e na história da FAO em relação ao debate de Segurança Alimentar, essas contradições igualmente estão refletidas nos relatórios publicados pela Organização.

Nos relatórios produzidos pela FAO, é possível notar a presença de mais de uma narrativa presente, ou então de nenhuma narrativa. Essas narrativas seriam dadas para justificar uma ação tomada ou sugerida pela Organização. E, nos relatórios em que não existem uma

narrativa, também não existiam soluções sugeridas para os problemas expostos. (VASCONCELLOS, 2018)

Os conflitos de interesse entre os diversos atores e instituições presentes na FAO, em destaque, o seu corpo diplomático e as fontes de financiamento de seus projetos, explica a dificuldade de implementar uma ação eficaz no combate à fome. Isso fica evidente quando, ao analisarmos os relatórios, a adoção de divergentes posicionamentos ocasionou na entrada ou saída de determinados temas no período analisado. (VASCONCELLOS, 2018)

Isso é muito preocupante, haja vista que a determinação de quais temas devem ser debatidos ou não na Organização fica à mercê não da necessidade da população mundial, mas sim da vontade e interesses, complementares ou não, dos agentes envolvidos, seja um país-membro, um funcionário ou até mesmo uma instituição financiadora.

Outro fator que o relatório nos mostra e evidencia como os conflitos de interesse afetam a atuação da Organização, é o aumento dos números de insegurança alimentar nas regiões mais pobres. A África apresentou um aumento de 122 milhões de pessoas em estado grave de insegurança alimentar de 2014 para 2018. Isso mostra que a atuação da FAO nessa região não está sendo eficaz, pois ao invés de melhora, houve agravamento da situação. (CUNHA; ALMEIDA, 2018)

De acordo com esses dados, é visível que a agenda formulada para o continente africano não tem sido a melhor estratégia para reduzir a insegurança alimentar na região, uma vez que as medidas aprofundaram as assimetrias na produção e comércio de produtos agrícolas, causando o endividamento dos países africanos e, por consequência, a sua piora nos indicadores sociais. (CUNHA; ALMEIDA, 2018)

Também cabe destacar, como um exemplo de que a Organização está suscetível as pressões externas, o que ocorreu durante o mandato do Diretor-Geral Edouard Saouma (1975 – 1993). Ao instigar a atuação efetiva de todos os órgãos da Organização para que ela deixasse de ser apenas uma agência passiva, de promover o acesso aos necessitados a suprimentos alimentícios e reconhecer que a pobreza impedia a realização do direito humano ao alimento, a FAO acabou por sofrer uma redução de recursos de 31%, enquanto os recursos voluntários/extraordinários caíram 50%. (SQUEFF, 2018)

Desta forma, fica claro com a redução de recursos para a Organização que, para os diversos atores e instituições presentes na FAO, o debate de tornar a Organização mais ativa e eficaz quanto ao combate da pobreza e da fome, não eram situações que esses agentes estavam interessados em discutir ou mudar.

#### 4. CAPÍTULO 3: AS CONSEQUÊNCIAS DA ATUAÇÃO DA FAO.

Neste capítulo iremos analisar as consequências da atuação da FAO com base nos dados coletados em seus relatórios publicados anualmente e na repercussão que suas ações têm nos países em que a Organização se encontra mais ativa. Também temos como objetivo ponderar quanto a situação e posicionamento da FAO perante o Sistema Internacional.

Para isso, é preciso entendermos que a Organização vem atuando no combate à fome e à insegurança alimentar desde a década de 1940, e que suas abordagens e perspectivas acerca de como se combater essas questões no mundo têm se modificado durante os anos de sua atuação. (ALVES, 2016)

Ademais, também é necessário considerar que a criação da agência foi um marco importante para o cenário global, pois foi um símbolo de mudança na atitude para com a questão da fome que na época assolava o mundo no contexto pós-guerra. (ALVES, 2016)

Durante seus anos de existência, a FAO passou por momentos de dificuldade e de questionamento, que colocaram em dúvida a sua credibilidade. Sua capacidade, técnica e política, de liderar uma discussão de tanta importância como a segurança alimentar foi contestada. Contudo a Organização ainda é a referência no debate ao combate à fome no cenário internacional (ALVES, 2016)

##### 4.1 A PERPETUAÇÃO DA DESIGUALDADE ENTRE PAÍSES E O AGRAVAMENTO DA FOME.

Cabe entendermos desde já que a FAO, como fruto do desenvolvimento capitalista, dificilmente adotaria uma abordagem contrária aos interesses do capital e recomendaria uma solução estrutural para a fome, como dito no capítulo anterior.

Um claro exemplo disto é que, diante deste cenário, a FAO, em conjunto com o Alto Comissariado para os Direitos Humanos das Nações (ACNUDH), editou o Comentário Geral n.º 12 em 1999, visando recuperar os instrumentos previstos na lei internacional que obrigavam os Estados a se orientarem pelo direito à alimentação no combate à fome. (SANTOS, 2020)

Desta forma, a Organização passou a ter uma abordagem em que identificava como uma das causas da fome a falha da política internacional e nacional que não se preocupava em cumprir obrigações relativas ao direito à alimentação, mas que poderia ser corrigida pela adoção



de legislações, prestação de contas, espaços de participação e de instituições que favoreceriam a exigibilidade desse direito. (SANTOS, 2020)

Essa abordagem visava diminuir a responsabilidade da FAO quanto as ações ineficazes que a Organização realizava, uma vez que a culpa recairia na falta de vontade política dos governos frente às condições já existentes para o fim da fome. (SANTOS, 2020)

Logo, o fracasso na erradicação da fome não era culpa da Organização por não querer adotar uma postura antissistema, mas sim porque a fome é fundada na contradição inerente à produção coletiva e apropriação privada da riqueza social, que foi radicalizada ao longo do processo de desenvolvimento capitalista.

Além disso, a FAO adotaria em 2004 as “Diretrizes Voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional”, documento que trazia um compilado dos tratados internacionais capazes de criar obrigações aos Estados. (SANTOS, 2020)

Essas diretrizes tinham como objetivo trazer a titularidade de direitos para o centro do processo do desenvolvimento econômico, premissa que orientaria a atuação da Organização na sua cooperação com os Estados. Desta forma, as Diretrizes traziam indicações de como os governos deviam construir suas legislações a fim de respeitar, proteger e aplicar o direito à alimentação. (SANTOS, 2020)

Contudo, apesar de tentar trazer o direito à alimentação como tema central, essas Diretrizes, além de trazerem indicações de como os Estados poderiam construir um ambiente propício à realização desse direito, também comunicavam que o sistema de mercado seria o mais adequado para a sua concretização. Ou seja, o ambiente que seria mais propício para a realização do direito à alimentação, seria o ambiente no qual o capitalismo se realiza livremente. (SANTOS, 2020)

Isto posto, caberia aos Estados contribuírem para fomentar a segurança alimentar de todos mediante um sistema de comércio local, regional, nacional e mundial que não fosse discriminatório e estivesse orientado para o mercado capitalista. (SANTOS, 2020)

Essas Diretrizes contradizem o discurso adotado pela FAO na gestão de Saouma, que lançou em 1983 o ‘Compacto de Segurança Alimentar’, onde reconhecia que a pobreza impedia a realização do direito humano ao alimento; uma vez que se a pobreza impede o acesso do ser humano ao alimento, não é possível erradicá-la através do sistema de mercado capitalista, haja vista que esse sistema só favorece aqueles que possuem capital.

O relatório “*The State of Food Security and Nutrition in the World 2019*” mostra que das 7.632,8 bilhões de pessoas no mundo, 821,6 milhões se encontram em estado de desnutrição.

Já o número de prevalência de insegurança alimentar também apresentou um aumento nestes países. Conforme as estimativas, 9,2% da população global (um pouco mais de 700 milhões de pessoas) foi exposta a níveis graves de insegurança alimentar apenas em 2018, isso implica que houve tamanha redução na quantidade de alimentos consumidos ao ponto de que essas pessoas possam ter experimentado a vivência de passar fome.

Esses dados comprovam que os altos custos do mercado e o baixo poder aquisitivo também significam que bilhões não podem comer de maneira saudável ou nutritiva, ou que ainda podem vir a passar fome por não possuir capital para comprar alimentos.

A atuação pontual da Organização não se preocupa com a desigualdade, mas apenas em minorar as carências da população pobre, ouvindo as demandas dos países em desenvolvimento, mas não as executando de fato. Ou seja, a FAO é uma Organização inserida em uma governança em que o interesse do capital se sobrepõe à coletividade e seus direitos sociais. (CUNHA, 2018)

Desta forma, a Organização se utiliza da cooperação internacional como um meio de financiar e apoiar projetos que estão em concordância com o discurso mercadológico que na realidade prejudica a população já vulnerável. (CUNHA, 2018)

A situação da África e a Ásia exemplificam essa tese, uma vez que apesar dos inúmeros projetos e atividades da Organização nessas regiões, os números de insegurança alimentar aumentaram nos últimos anos. Em 2018, os números de insegurança alimentar na África bateram 122 milhões, enquanto na Ásia esse número chegou a 1.038,5 milhões de pessoas, ou seja, ao invés de melhora, o que ocorreu foi o agravamento da situação.

Isto posto, fica evidente que a agenda formulada para essas regiões não tem sido a melhor estratégia para reduzir a insegurança alimentar, uma vez que essas medidas aprofundaram as assimetrias na produção e comércio de produtos agrícolas, causando o endividamento dos países e, por consequência, a sua piora nos indicadores sociais. (CUNHA; ALMEIDA, 2018)

#### 4.2 A FAO NO SISTEMA INTERNACIONAL.

Segundo Cunha (2018), os marxistas defendem que a cooperação internacional é um instrumento para a manutenção do capitalismo e de sua estrutura desigual. Sendo concebida como um instrumento de poder daqueles que controlam o sistema internacional e buscam a prevalência de seus interesses.

O contexto da pós-Guerra Fria inaugurou um cenário que prevalece até os dias atuais, institucionalizando a cooperação como um instrumento de política externa dos países centrais

e delegando aos países pobres a responsabilidade de deixar sua posição periférica enquanto mantém um sistema desigual. (CUNHA, 2018)

Na década de 1850 surgiram os princípios do que conhecemos hoje como organizações internacionais. Pensadores como Adam Smith e Immanuel Kant acreditavam que era necessário a criação de uma governança global que garantisse a prosperidade e a paz no sistema internacional. (CUNHA, 2018)

Esses pensadores argumentavam que as instituições internacionais garantiriam a paz e a prosperidade por meio da sustentação do contínuo desenvolvimento industrial e da promoção de uma ordem mundial liberal. Desta forma, a função dessas instituições seria a de desenvolver a indústria e a de gerenciar os conflitos que poderiam surgir em consequência da ampliação do sistema industrial. (CUNHA, 2018)

Em 1864 foram fundadas mais de trinta organizações internacionais em decorrência da necessidade, proveniente da expansão industrial, de estabelecer uma padronização nos processos e produtos a fim de que o capital pudesse circular. Contudo, essas uniões públicas internacionais tinham um caráter regional e, ao final da Primeira Guerra Mundial, um terço dessas uniões tinham desaparecido. As organizações que sobreviveram foram aquelas que os Estados financiaram e que atendiam a seus interesses. (CUNHA, 2018)

O capitalismo ingressou em uma nova fase pós-Segunda Guerra Mundial. Essa fase era caracterizada pela concepção de que o Estado se configurava como um importante agente para o desenvolvimento. Desta forma, o mito do livre mercado foi substituído pelo Estado de Bem-Estar Social. (CUNHA, 2018)

Fruto da construção dessa Nova Ordem Mundial pós-Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas (ONU) é fundada como um movimento estratégico dos Estados Unidos, a fim de estabelecer uma ordem favorável ao livre comércio e responder aos processos de estabilização do sistema internacional iniciados no século XIX. (CUNHA, 2018)

A ONU, através de seu Conselho de Segurança, garantiria a nova ordem mundial pautada no fortalecimento do capitalismo e na democracia, sendo coordenada pelos ganhadores da Segunda Guerra Mundial. (CUNHA, 2018)

Não possuindo um caráter vinculativo, a Organização se distanciaria da pauta da paz global, e se aproximaria de temas que assegurassem a expansão de campos de desenvolvimento, promoção de direitos humanos e administração das finanças públicas. (CUNHA, 2018)

A FAO surgiu como um símbolo de mudança de atitude para com a temática da fome no sistema internacional, que se tornava uma questão fundamental para a reconstrução do mundo após a guerra que o assolara. A Organização faz uso de regimes não coercitivos, mas

sim recomendatórios, ou seja, suas decisões funcionam como recomendações aos países, sendo implementadas segundo a decisão e conveniência dos Estados.

A FAO, ao longo dos anos, elaborou definições acerca dos termos de segurança alimentar e desnutrição, bem como promoveu mapeamentos acerca da condição agrícola no mundo e da situação de nutrição da população mundial.

O histórico da FAO, relatado neste trabalho anteriormente, demonstra a evolução da agência para se tornar uma organização cada vez mais influente nos debates da política internacional relacionados à temática da fome e da segurança alimentar e a consolidação da sua credibilidade em torno de sua capacidade de trazer tais temáticas para fóruns de debates importantes dentro do Sistema Internacional.

Contudo, é evidente que a Organização também sofre com os conflitos de interesse entre os diversos atores e instituições presentes na agência, o que explica a sua dificuldade de implementar uma ação eficaz no combate à fome. (VASCONCELLOS, 2018)

É ressaltar notar que desde o início a agência trazia potências, como Estados Unidos e Canadá, em posições administrativas-chaves. Tanto a localização da comissão interina, quanto sua liderança, estavam concentradas em países ricos, distantes das pautas que a Organização viria a trazer como temas principais. (PHILLIPS, 1981)

Segundo Cunha (2018) a FAO ostenta no cenário internacional um aspecto cada vez mais cosmético e irrelevante na formulação de novas políticas estruturais, por não contestar o sistema, mas sim corroborar através da adoção de ações que prejudicam a busca pela autossuficiência alimentar, agravando a dependência e o processo de recolonização em pleno século XXI.

O fato de os projetos da Organização serem elaborados por países desenvolvidos que não vivenciam o problema da fome tão gravemente, faz com que as estratégias de combate sejam ineficazes e até mesmo tendenciosas, considerando que esses países não possuem interesse em perder o poder que possuem sobre as nações pobres. (VASCONCELLOS, 2018)

Desta forma, sua credibilidade e poder de ação são utilizados pelos detentores de poder como um instrumento para estruturar a cooperação internacional de modo que os países em desenvolvimento continuem dependentes dos países desenvolvidos e nunca de fato saiam dessa situação de desigualdade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho tinha como objetivo analisar a atuação da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) no combate à fome entre 2000 e 2019, com o intuito de comprovar a teoria de que o discurso da campanha de combate à fome é ineficaz e atua com outro propósito: perpetuar a desigualdade entre países.

Isto posto, iniciamos essa análise através do estudo da história de origem da FAO, as dificuldades enfrentadas para a sua estruturação, a adesão dos países membros e associados, bem como os mandatos de seus Diretores-Gerais.

Em sua história podemos notar que a Organização, desde sua formação e estruturação, sofreu grandes influências dos países desenvolvidos, uma vez que desde sua comissão provisória a FAO já trazia potências, como Estados Unidos e Canadá, em posições administrativas chaves. Tanto a localização da comissão interina, quanto sua liderança, estavam concentradas em países ricos, distantes de certas pautas que a Organização traria como temas principais.

Esse cenário não teve grandes mudanças ao longo dos anos e, apesar da Organização eleger Diretores-Gerais originários de países em desenvolvimento, como o libanês Edouard Saouma (1975 – 1993) e o brasileiro José Graziano da Silva (2012 – 2019), estes tiveram diversas dificuldades ao tentarem mudar a abordagem da FAO.

Saouma, por exemplo, ao reconhecer que a pobreza impedia a realização do direito humano ao alimento, fez com que a Organização sofresse redução de recursos de 31%, enquanto os recursos voluntários/extraordinários caíram 50%. (SQUEFF, 2018)

Isto significa que o reconhecimento da pobreza como causa da fome não era algo que os países desenvolvidos queriam reconhecer, uma vez que solucionar esse problema resultaria na diminuição da desigualdade entre as nações.

Outro fator analisado neste trabalho foi a atuação da FAO e os relatórios elaborados pela Organização, que prometem não apenas trazer dados, como o número de pessoas em situação de insegurança alimentar, mas também propor soluções para este problema.

Contudo, nestes relatórios é possível notar a presença de mais de uma narrativa presente, ou então de nenhuma narrativa. Essas narrativas seriam dadas para justificar uma ação tomada ou sugerida pela Organização. E, nos relatórios em que não existem uma narrativa, também não existiam soluções sugeridas para os problemas expostos. (VASCONCELLOS, 2018)

Os conflitos de interesse entre os diversos atores e instituições presentes na FAO, em destaque, o seu corpo diplomático e as fontes de financiamento de seus projetos, explica a

dificuldade de implementação de uma ação eficaz no combate à fome e as diferentes narrativas usadas na elaboração de seus relatórios. Isso fica ainda mais evidente quando, ao analisarmos os relatórios, percebemos que a adoção de divergentes posicionamentos ocasionou na entrada ou saída de temas no período analisado. (VASCONCELLOS, 2018)

Esse fato é extremamente preocupante, haja vista que a determinação de quais temas devem ser debatidos fica à mercê não da demanda da população mundial, mas sim da vontade e interesses, complementares ou não, dos agentes envolvidos.

Os relatórios também mostram que ao longo dos anos entre 2000 e 2019 houve um aumento no número de pessoas que se encontram em situação de insegurança alimentar. Esse número aumentou principalmente em regiões em desenvolvimento que passaram pelo processo de colonialismo, como o continente africano e a América do Sul. (CUNHA; ALMEIDA, 2018)

A África teve seu ápice de insegurança alimentar em 2017 com 682 milhões de pessoas e apresentou redução em 2018, com 676,1 milhões. Contudo, em comparação com 2014 (554,1 milhões de pessoas) houve um aumento de 122 milhões de pessoas em estado grave de insegurança alimentar na região.

Enquanto na América do Sul que em 2014 possuía 78,7 milhões de pessoas em estado de insegurança alimentar, em 2018 esse número aumentou para 131,2 milhões de pessoas, um aumento de cerca de 52,5 milhões de pessoas.

Através desses dados podemos perceber que as ações realizadas pela Organização nessas regiões não foram eficazes. Também é possível notar a ocorrência do agravamento dos indicadores desses países nos números de insegurança alimentar.

Ademais, através da pesquisa realizada é podemos dizer que a FAO possui um longo histórico de contradições em seus discursos. Um exemplo dessa contradição é a adoção em 2004 das “Diretrizes Voluntárias em apoio à realização progressiva do direito à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar nacional”.

Essas diretrizes tinham como objetivo trazer a titularidade de direitos para o centro do processo do desenvolvimento econômico, mas comunicavam que o sistema de mercado seria o mais adequado para a sua concretização. Ou seja, o ambiente que seria mais propício para assegurar o direito à alimentação, seria o ambiente no qual o capitalismo se realiza livremente. (SANTOS, 2020)

Essas Diretrizes contradizem o discurso adotado pela FAO, na medida em que se a pobreza impede o acesso do ser humano ao alimento, não é possível erradicá-la através do sistema de mercado capitalista, haja vista que esse sistema só favorece aqueles que possuem

capital. Portanto, a adoção dessas diretrizes não contribuiria em si na erradicação da fome, mas sim contribuiria com a sua perpetuação.

Diante do exposto, concluímos que a atuação da FAO não somente é ineficaz na erradicação da fome, como também promove, em muitos casos, o seu agravamento. Isso ocorre porque a Organização sofre diversas pressões dos seus agentes que compactuam com o apelo de medidas de curto prazo que visam fornecer alívio imediato e minorar as carências da população pobre, mas não resolver o problema da fome de fato.

Ao promover esse agravamento da situação de insegurança alimentar e ceder às pressões dos seus agentes, a Organização proporciona a perpetuação da desigualdade entre os países e a continuação da relação de dependência dos países em desenvolvimento para com os países desenvolvidos.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Gustavo Jordan Ferreira. **Segurança alimentar e a FAO: análise teórica e política externa brasileira (1994-2014)**. Orientadora: Lourene de Cássia Alexandre Maffra. 2016. 116 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br:80/jspui/handle/123456789/628>. Acesso em: 25 de out de 2020.

CAMPBELL, David. Pós-estruturalismo. In: DUNNE, Tim *et al.* **Teorias das Relações Internacionais – disciplina e diversidade**. Oxford: Oxford University Press, 2013. p. 223-246.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome. O dilema brasileiro: pão ou aço**. 10 ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

COSTA, Claudia Vieira; BEGNIS, Heron Sergio Moreira. Fome mundial: uma análise de suas causas e da atuação da FAO. **Revista de Economia & Relações Internacionais**. São Paulo, v. 14, n. 24, p. 44-60, jan. 2014.

CUNHA, Daniela Maia; ALMEIDA, Elga Lessa de. A Agenda da FAO na África: a melhor estratégia para o desenvolvimento?. **Cadernos do Ceas: Revista crítica de humanidades**, [S.L.], v. [], n. 245, p. 427-460, 5 dez. 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.25247/2447-861x.2018.n245.p395-428>. Acesso em 25 out 2021.

CUNHA, Daniela Maia. **A Agenda da FAO para a África: um estudo de caso em Moçambique**. 2018. 127 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Relações Internacionais, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018. Disponível em: [https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28219/1/Disserta%20a7%20a3o\\_Daniela\\_Maia.pdf](https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/28219/1/Disserta%20a7%20a3o_Daniela_Maia.pdf). Acesso em: 25 out. 2020.

CUNHA, Daniela Maia. **Desafios do combate à fome: um estudo crítico da atuação da FAO**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Faculdade



de Direito e Relações Internacionais, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2016.

EXAME. **Chinês é eleito diretor geral da FAO e substitui brasileiro.** 2019. Disponível em: <https://exame.com/mundo/chines-e-eleito-diretor-geral-da-fao-e-substitui-brasileiro/>. Acesso em 27 out. de 2022.

FAO. **Estrutura e finanças.** 1996. Disponível em: <http://www.fao.org/UNFAO/struct-e.htm>. Acesso em: 23 out. 2020.

FAO. **Sobre FAO.** c2022. Disponível em: <http://www.fao.org/about/en/>. Acesso em: 23 out. 2020

FAO. **State of Food Security and Nutrition in the World 2020.** 2020. Disponível em: [https://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html#chapter-1\\_1](https://www.fao.org/3/ca9692en/online/ca9692en.html#chapter-1_1). Acesso em: 23 de out. 2020.

FAO. **World Conference on Agrarian Reform and Rural Development:** declaration of principles. Roma: FAO, 1979.

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2019. **The State of Food Security and Nutrition in the World 2019.** Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable. Rome, FAO. Disponível em: [https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000106773/download/?\\_ga=2.70425620.501772728.1667295801-208179331.1667295801](https://docs.wfp.org/api/documents/WFP-0000106773/download/?_ga=2.70425620.501772728.1667295801-208179331.1667295801). Acesso em: 18 mar de 2022.

IFOPE. **Codex Alimentarius:** o que é e qual sua importância no cenário mundial. 17 de out de 2019. Disponível em: <https://blog.ifope.com.br/codex-alimentarius-e-sua-importancia-no-cenario-mundial/#:~:text=O%20que%20%C3%A9%20Codex%20Alimentarius,proteger%20a%20sa%C3%BAde%20dos%20consumidores>. Acesso em 20 de out de 2022

JAROSZ, Lucy. **A economia política da governança global e a crise alimentar mundial:** o caso da FAO. **Review.** Nova Iorque, p. 37-60. jan. 2009.

KEOHANE, R. **Multilateralism: an agenda for research.** International Journal, v. 45, n. 4, p. 731-764, 1990.

ONU NEWS. **Cinco atitudes e ações da ONU para acabar com a fome.** 2018. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2018/10/1643882>. Acesso em: 23 out. 2020.

PHILLIPS, R. W. **FAO: its origins, formation and evolution 1945-1981.** Roma: FAO, 1981.

PILON, Juliana Geran. **Becoming part of the problem.** Society, [S.L.], v. 25, n. 6, p. 4-11, set. 1988. Springer Science and Business Media LLC. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1007/bf02695766>. Acesso em: 14 de nov de 2020.

RODRIGUES, Roberto. A FAO e a fome. **Revista de Agronegócio da Fgv**, [s. l], v. [], n. [], p. 66-66, jun. 2000.

SANTOS, JOSE ELSON DA SILVA. **FAO, FOME E O DIREITO À ALIMENTAÇÃO NO BRASIL: movimentos e contradições.** Santos, 2020. 120 p. Dissertação (Mestrado – Pós-graduação em Serviço Social e Políticas Sociais) - Instituto Saúde e Sociedade, Universidade Federal de São Paulo, 2020.

SQUEFF, TATIANA DE ALMEIDA FREITAS RODRIGUES CARDOSO. **A Efetivação do Direito Humano ao Alimento no Direito Internacional sob o Viés Descolonial: Soft Law Como Fonte Libertadora e de Resistência.** Porto Alegre, 2018. 367 p. Dissertação (Doutorado - Pós-Graduação em Direito) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Direito, 2018.

UNICEF. **À medida que mais pessoas não têm o suficiente para comer e a desnutrição persiste, acabar com a fome até 2030 é uma incerteza, alerta relatório da ONU: garantir dietas saudáveis para os bilhões que não podem pagar por isso economizaria trilhões em custos. Garantir dietas saudáveis para os bilhões que não podem pagar por isso economizaria trilhões em custos.** 2020. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/comunicados-de-imprensa/acabar-com-fome-ate-2030-e-incerteza-alerta-relatorio->

